



## **ATA DA CENTÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e público presente! Bom dia, alunos que hoje prestigiam a nossa Sessão! "*Ata da Centésima Terceira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Dezessete da Centésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nº 71 a 75/2024, do Poder Executivo. O senhor presidente anunciou que a Sessão Ordinária destina-se, exclusivamente, à eleição da Mesa Diretoria do Poder Legislativo para a Terceira e a Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura, com a observância do que dispõe a seção II, artigo 10 e seguintes, do Regimento Interno. Ficam suprimidos: a Segunda Parte do Pequeno Expediente, o Grande Expediente e as Explicações Pessoais. A seguir, o senhor presidente comunicou ao Plenário o recebimento dos candidatos para concorrerem ao pleito. Pelo presidente deputado Gerson Claro foi apresentada a chapa Democracia Viva, assim composta: presidente, deputado Gerson Claro; primeiro-vice-presidente, deputado Renato Câmara; segundo-vice-presidente, deputado Zé Teixeira; terceira-vice-presidente, deputada Mara Caseiro; primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa; segundo-secretário, deputado Pedro Kemp; terceiro-secretário, deputado Lucas de Lima. Verificado que a chapa apresentada atende às disposições regimentais, a mesma foi declarada recebida e devidamente registrada. O senhor presidente informou aos parlamentares como se daria a votação e solicitou ao senhor primeiro-secretário que fizesse a chamada nominal dos senhores deputados, dando início ao processo de votação. Os deputados Neno Razuk e Gleice Jane declararam seus votos de maneira on-line. Concluída a chamada, o senhor presidente determinou ao senhor segundo-secretário que procedesse à contagem da votação nominal. E foi apresentado o seguinte resultado: presidente, deputado Gerson Claro: vinte e quatro votos; primeiro-vice-presidente, deputado Renato Câmara: vinte e quatro votos; segundo-vice-presidente, deputado Zé Teixeira: vinte e quatro votos; terceira-vice-presidente, deputada Mara Caseiro: vinte e quatro votos; primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa: vinte e quatro votos; segundo-secretário, deputado Pedro Kemp: vinte e quatro votos; terceiro-secretário, deputado Lucas de Lima: vinte e quatro votos. Em face da votação obtida, o senhor presidente, considerando satisfeitas as disposições regimentais, declarou eleita a nova Mesa Diretora, que regerá os destinos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul no próximo biênio. Ato contínuo, o senhor presidente eleito agradeceu o apoio recebido dos seus companheiros, enfatizando o seu compromisso de bem conduzir os destinos do Poder Legislativo. O presidente convocou os eleitos para a posse, que ocorrerá no dia 3 de fevereiro de 2025, às 9 horas, no Gabinete da Presidência. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar,



*mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Quero registrar a visita da professora Adriana da Silva Bronzini, do professor Osmir Pereira, do diretor Elio José dos Santos, da coordenadora do período matutino Ana Lúcia de Oliveira e da coordenadora do período noturno Fátima Pereira Dantas Martins, todos da Escola Estadual Santiago Benites, do município de Paranhos. Sejam bem-vindos à Casa da Democracia sul-mato-grossense. Aqui todas as leis e o exercício da cidadania acontecem plenamente. Quero lembrar que hoje, dia 19 de novembro, comemora-se o 'Dia da Bandeira'. Por conta desta importante data, vamos ouvir, agora, a primeira parte do Hino da Bandeira. Nós temos que respeitar e valorizar nossos símbolos. Solicito que todos se coloquem de pé. [Execução do Hino da Bandeira]... No dia 19 de novembro celebramos nossa história e nossa identidade nacional. Esta data simbólica foi criada para marcar o fim do período imperial e o início da República no Brasil. O Dia da Bandeira é celebrado exatamente quatro dias após a data de celebração da Proclamação da República. A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e o Selo Nacional são símbolos da nossa República. Que nós sejamos sempre defensores dos ideais republicanos e do progresso da nossa nação. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Agradeço a vista do pessoal da Escola Estadual Santiago Benites, do município de Paranhos. Sejam bem-vindos! Expediente da Sessão Ordinária de 19 de novembro de 2024: Mensagem nº 76/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 3672/2024); Mensagem nº 77/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 230, de 9 de dezembro de 2016, nos termos que menciona, e dá outras providências (Prot. nº 3683/2024); Mensagem nº 78/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que dispõe sobre autorização de concessão de benefício fiscal, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 93, de 5 de novembro de 2001, e na Lei Estadual nº 4.049, de 30 de junho de 2011, aos estabelecimentos e às operações que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 3684/2024); Ofício nº 16800730186/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando anteprojeto visando alterar a Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciária, para ampliar de 'dois' para 'três' o quantitativo de juízes auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça; Ofício nº 129/2024, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando o encerramento, com a ressalva do TC/PAC nº 198/2012, do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Nova Alvorada do Sul; Ofício nº 3.659/2024, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 2573/2024); Ofício nº 346/2024, da Prefeitura Municipal de Fátima do Sul, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3121/2024); Ofícios nºs 3.166, 3.230, 3.232, 3.252/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento e às indicações da deputada Lia Nogueira (Prot. nºs 3094, 3119, 2986, 3214). Senhor presidente, foi lido o expediente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Senhor presidente, eu venho encaminhar uma indicação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a execução de obras de recuperação asfáltica da rodovia MS-010, que liga o município de Campo Grande ao distrito de Rochedinho. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Marina Ricardo Nunes Viana, superintendente federal do Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Washington Villemann de Souza, diretor-presidente da Agraer, solicitando apoio às famílias de trabalhadores rurais que estão no acampamento Nova Esperança, nas proximidades do rio Piraí, em Iguatemi. O intuito é garantir a segurança alimentar das famílias, fomentando a implantação de hortas, por meio da distribuição de telas para cercar a produção e de lonas de proteção, bem como de outros insumos necessários para o plantio. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, com cópia à senhora Vanda Cristina Camilo, prefeita municipal de Sidrolândia, solicitando a pavimentação das ruas que dão acesso à empresa Balbinos Foods, localizada naquele município. Esta indicação foi motivada por representantes dos trabalhadores da empresa, que reivindicam a pavimentação das ruas para terem mais segurança e melhores condições de acesso ao trabalho. Conforme informações de moradores, durante o período das chuvas, a rua fica praticamente intransitável; os caminhões boiadeiros e os veículos de transporte dos trabalhadores ficam atolados com frequência; e no período de estiagem a poeira elevada pelos veículos dificulta a visibilidade. Diante disso, a população pede providências. Agora, eu vou apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao professor doutor Gilberto Luiz Alves, pelo lançamento do seu mais novo livro, intitulado "As Águas Como Caminho - Mato Grosso Como Destino", que ocorrerá no dia 22 de novembro, às 19 horas, na Livraria Leitura, localizada no Shopping Campo Grande. A mais recente produção do professor Gilberto Luiz é resultado de décadas de pesquisa e trabalho de documentação, e conta a história do começo, do auge e da decadência das navegações pelo rio Paraguai. A obra contém uma riqueza de imagens, relatos de viajantes e análises do historiador. O professor Gilberto Luiz Alves foi um dos meus orientadores no mestrado, na Universidade Federal. Outra moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à mestra Léa Beatriz Mancuelho Pereira, pela participação no IV Prêmio Talentos da Pós-Graduação/2024 (TAL-PG), realizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E, por último, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, na pessoa da presidente, deputada Daiana Santos; à Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, na pessoa do presidente, deputado



Danilo Forte; à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, na pessoa do senhor Paulo Paim; e à Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa do presidente, senador Valderlan Cardoso, solicitando estudos urgentes no sentido de proporem um projeto de lei, com o objetivo de revogar as chamadas bets — apostas de cotas fixas de eventos esportivos legalizadas pela Lei nº 13.756/2018 e regulamentadas pela Lei nº 14.790/2023. Há cerca de cinco anos, o Brasil abriu a possibilidade de realização de atividades voltadas à aposta on-line, as chamadas bets. E a partir de então, com a expansão dessas atividades, iniciou-se uma escalada geométrica de endividamento da população. O impacto socioeconômico dessas atividades na saúde e na economia já pode ser considerado um desastre. As famílias brasileiras estão sofrendo as consequências decorrentes de apostas em jogos como o Tigrinho; porque essas apostas causaram o aumento do endividamento e a diminuição de recursos para aquisição de itens básicos; levando muitos ao adoecimento mental e até mesmo ao suicídio. Pessoas entraram no ciclo das dívidas insanáveis e no envolvimento com os chamados agiotas. Setores da sociedade estão denunciando os danos causados pelas apostas on-line, inclusive a Confederação Nacional do Comércio, que ajuizou ação no STF, questionando a constitucionalidade da lei. Muitas famílias beneficiárias de programas sociais passaram a utilizar parte dos recursos para apostar nesses jogos. O governo federal já vem tomando providências no sentido de proibir a utilização dos recursos dos programas sociais para esta finalidade. Então, é urgente que o Congresso Nacional revogue as leis que estão em vigilância relativas a essa questão e que atraíram tantos problemas para o país. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobre colegas e público que nos assiste! Eu venho apresentar uma moção de congratulação que, se aprovada, deverá ser redigida da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada Gleice Jane, manifesta reconhecimento e admiração à senhora Marta Soares Ferreira — cientista social, e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul — pela publicação do inestimável "Dicionário Biográfico: Histórias Entrelaçadas de Mulheres Afrodiáspóricas". O lançamento da obra ocorreu no dia 11 do corrente mês, durante a XIV Edição da Festa Literária das Periferias, na Flup, na cidade do Rio de Janeiro. O evento literário de profunda relevância cultural destacou-se por uma participação inédita de 90% das mulheres negras em sua programação. Entre as convidadas figuraram personalidades de renome mundial, como a escritora nigeriana Oyeronke Oyewumi e a brasileira Conceição Evaristo, reafirmando o papel central da literatura na luta por igualdade e justiça social. A Flup promove o diálogo global sobre classe, raça e gênero, conectando as periferias brasileiras a questões de relevância mundial, como as discutidas no G-20. Neste contexto, o Dicionário Biográfico emerge como uma obra monumental por seu valor histórico e como um testemunho da identidade e da resistência das mulheres negras, fortalecendo suas comunidades e promovendo a luta por direitos. Residente em Amambai, Marta Soares construiu uma trajetória marcada pela resistência e pela luta, como mulher negra e professora, em um país onde o machismo e o racismo persistem em diversas esferas sociais. Sua obra representa uma ruptura com a lógica colonialista, que, durante muito tempo, excluiu vozes e narrativas negras da literatura. Para as mulheres sul-mato-grossenses, especialmente para as mulheres negras, Marta é símbolo de resistência e inspiração, desafiando as estruturas que invisibilizam as origens e a contribuição do nosso povo. A escrita de Marta ressoa no conceito de "escrevivência", cunhado



por Conceição Evaristo, que une as palavras "escrever" e "vivência" para expressar histórias coletivas, experiências ligadas à identidade étnica e de gênero. Mulheres negras que escrevem sobre outras mulheres negras preservam a memória e reafirmam a ancestralidade, conferindo força à coletividade e ao protagonismo histórico de suas comunidades. Com profundo respeito e admiração, esta Casa manifesta reverência à Marta Soares Ferreira, carinhosamente chamada de Martinha, por sua contribuição admirável para a construção de uma sociedade mais justa, antirracista e solidária. Por meio de sua escrevivência e de sua história de luta, Marta alcança, e continuará a alcançar, novos espaços, transformando a realidade e inspirando gerações." Agora, presidente, vou apresentar uma minuta de decreto relativa à Política Nacional de Valorização da Cultura Reggae. Esta minuta foi construída por associações, organizações do reggae em todo o país. E eu participei de uma das reuniões, atendendo a essa demanda do movimento reggae no Brasil, e fiquei com a tarefa de fazer esse encaminhamento, então, para o Ministério da Cultura. A intenção é formalizar diretrizes e políticas públicas de incentivo ao reggae, reconhecendo essas manifestações culturais como parte essencial do patrimônio imaterial brasileiro. O reggae, em suas diversas formas e variações, transcende o gênero musical, representando o movimento de resistência cultural, de afirmação identitária e de valorização das raízes afrocaribenhas, particularmente relevantes para as populações afrodescendentes e periféricas do Brasil. A construção desta proposta reflete a participação ativa de artistas, coletivos, *sound systems* e comunidades culturais de diferentes regiões que veem na regulamentação desta política pública uma oportunidade de fortalecer o movimento reggae em âmbito nacional. A união de esforços entre os representantes do reggae nos estados demonstra a relevância e a amplitude desta manifestação cultural, que já faz parte do cotidiano de milhões de brasileiros. Segundo dados do Spotify, o Brasil é o segundo maior consumidor fonográfico de cultura reggae do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Este fato é muito significativo para o Brasil, do ponto de vista econômico e cultural, no cenário mundial do reggae. A presente proposta visa garantir a preservação, a difusão e a valorização da cultura afro, promover a inclusão social a gerar emprego e renda por meio de economia criativa, assegurando que o reggae seja reconhecido em suas dimensões artísticas, culturais e sociais. Esta proposta também reforça o compromisso do governo brasileiro com a promoção da diversidade cultural e do respeito às expressões artísticas das comunidades historicamente marginalizadas. Prova disso é o fato de o reggae ser declarado patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco. Saliento que esta minuta foi construída por representantes de todos os estados, com exceção acho que do Tocantins, que não esteve presente em todas as reuniões de construção do texto. A iniciativa foi liderada e iniciada pela Associação de Mato Grosso do Sul. Por isso, nós estamos encaminhando a minuta aqui pelo nosso estado à ministra da cultura Margareth Menezes. É importante valorizar todas as políticas que dizem respeito à resistência de um povo expressa através de sua cultura, sua arte e sua economia. Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e população que nos assiste! Quero cumprimentar de modo especial os professores da Escola Estadual Santiago Benites, do município de Paranhos. É uma satisfação recebê-los aqui na Assembleia Legislativa. Senhor presidente, eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Roberto de Barros Calixto, presidente da Concessionária de Rodovia Sul-Mato-Grossense, solicitando a doação do material conhecido como



fresado, utilizado no processo de manutenção das rodovias, para atender o município de Coxim. O pleito encontra justificativa no pedido do vereador Carlos Henrique, da Câmara Municipal de Coxim, por meio da Indicação nº 165/2024. Documentação anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita do município de Campo Grande, ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, e ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a implantação de semáforo na rua das Garças, esquina com a rua 13 de junho, bairro Centro. Documentação anexa. É só, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia a todos! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso à senhora Lucinete Cordeiro da Silva Nascimento, fundadora do projeto "Ela por Ellas", pastora itinerante do Ministério Renascer em Cristo, presidente municipal do partido Republicanos em Corumbá e vereadora eleita para o pleito de 2025 a 2028 pelo referido município. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Antonio Vaz, aplaude a senhora Lucinete Cordeiro da Silva Nascimento, pelos serviços prestados à comunidade de Corumbá, especialmente por conta da criação do projeto Ela por Ellas, que completará dez anos no dia 25 do corrente mês. A senhora Lucinete Cordeiro é digna de reconhecimento, não apenas por sua empatia e dedicação, mas também pelo impacto positivo que suas ações vêm gerando na vida de tantas pessoas. Por meio do Culto Rosa, ela também mobiliza a comunidade para a importância do apoio à Rede Feminina de Combate ao Câncer, promovendo conscientização e contribuindo para uma causa de grande relevância e humanitária." Por esse motivo, faz-se justa a presente homenagem. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos assistem pela TV e Rádio Alems! Eu venho apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande, na pessoa de sua presidente, a senhora Maria Leny Adania de Sylos, pela realização da 4ª edição do "Festival do Japão de Mato Grosso do Sul." Celebrando as tradições e a cultura japonesa, o evento, realizado nos dias 15 a 17 do corrente mês, no Shopping Bosque dos Ipês, destacou a presença da terceira maior colônia de imigrantes japoneses do Brasil, enraizada em Mato Grosso do Sul. Foi um fim de semana repleto de autenticidade, com culinária, artes, música e danças tradicionais, além de oficinas que honram o legado e a sabedoria milenar japonesa. Senhor presidente, eu tenho também uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a execução de obras de manutenção asfáltica na rodovia MS-338, no trecho compreendido entre o município de Santa Rita do Pardo e o entroncamento da MS-395. A presente



demanda foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Hélio Góis, morador de Santa Rita do Pardo. Segundo o morador, a MS-338 está cheia de buracos, colaborando para a ocorrência de acidentes e levando insegurança aos usuários da referida via. Ontem passei por lá e pude constatar a existência do problema. Diante disso, solicitamos providências... Pela ordem senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Senhor presidente, na quarta-feira da semana passada, o TCU deliberou em votação pela legalidade da repactuação da concessão da rodovia BR-163. Eu estou estudando tal decisão, mas continuo manifestando meu inconformismo com isso. Pela proposta, sessenta por cento da BR-163 permanecerão com pista simples até 2054. Ou seja, 500 quilômetros. O acórdão prevê a realização de audiência pública para tratar da repactuação. Parece-me que outras empresas poderão participar do eventual processo de concessão. Mas, enfim, a meu ver, isso tudo é um grande retrocesso. Nós estamos falando de 500 quilômetros de pista simples por mais trinta anos, deputada Mara Caseiro. Daqui a cinco ou dez anos, pelo movimento econômico do nosso estado, cujo PIB cresce muito mais que a média nacional, como estará essa situação? Talvez o poder público terá de pedir à CCR autorização para fazer a duplicação da rodovia com dinheiro público. Se a CCR não duplicou a via até hoje, como estava previsto no contrato inicial, ela não duplicará agora esses 500 quilômetros só por uma questão de sensibilidade. Eu quero deixar registrado que vidas humanas não têm preço. Talvez seja interessante pagar um pedágio um pouco mais caro, desde que a duplicação seja feita. E eu continuo defendendo a seguinte tese: "Sem duplicação, pedágio não!" Era isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago três requerimentos. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística; e ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de estado de Saúde, solicitando informações detalhadas sobre o cronograma de execução das obras do novo Hospital Regional de Dourados e a previsão de entrada em funcionamento daquela unidade de saúde. Esta semana, usuários do SUS, não só de Dourados, mas também dos demais trinta e três municípios da macrorregião que são atendidos em Dourados, nos encaminharam muitos questionamentos a esse respeito. Eles pedem informações sobre a data de conclusão daquela obra emblemática, que vai ajudar a resolver o problema da saúde na região do Cone Sul. Outro requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados, solicitando informações sobre como é realizado o policiamento na Unidade de Pronto Atendimento Médico e nas Unidades Básicas de Saúde no município. Semana passada, eu estive na UPA e conversei com médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem sobre segurança. E não há nenhuma garantia de segurança, porque atua no local apenas um vigilante, mas ele cuida só do patrimônio público. Os profissionais de saúde com os quais conversei, deputado Kemp, com temor, disseram que já foram registrados vários casos de violência contra médicos, enfermeiros e



usuários. Pessoas estão entrando nas unidades e agredindo os trabalhadores. Ontem ocorreu um caso de violência em Douradina. Um usuário do SUS, descontrolado, entrou na unidade com uma faca e atingiu o médico, que foi a óbito. Tragédia anunciada. E ontem de noite ainda, numa tentativa de fuga, o suspeito acabou sendo morto. É preciso priorizar a questão da segurança nas unidades de saúde em Dourados. Não há qualquer aparato de segurança, hoje, principalmente nos municípios do interior. Nós precisamos proteger os profissionais de saúde, que labutam dia e noite para salvar vidas... Outro requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alan Guedes, prefeito de Dourados, e ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando informações detalhadas sobre o cronograma de execução das obras de revitalização e duplicação da rua Coronel Ponciano. A obra é custeada pelo governo do estado e o projeto é da Prefeitura de Dourados. Acontece que ocorreram falhas estruturais na obra, o asfalto e a calçada ficaram muito desnivelados, e por conta disso o projeto precisou ser revisto; o município teve que refazer o contrato para que as devidas correções sejam feitas. Mas a população quer saber quando a Coronel Ponciano, aquela via que liga importantes regiões de Dourados, ficará pronta e liberada para o tráfego. Por hoje é isso, presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto...

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, em tempo, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário do estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas urgentes no sentido de regularizar o fornecimento de água a fim de garantir condições mínimas de higiene e dignidade na Unidade Educacional de Internação Dom Bosco, aqui em Campo Grande. A Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, através da 5ª Defensoria Pública da Infância e Adolescência de Campo Grande, que tem como titular o defensor Rodrigo Zoccal Rosa, e o Núcleo de Direitos Humanos, que tem como titular a defensora Taísa Raquel Medeiros Defante, identificaram que os adolescentes da Unei Dom Bosco estão vivendo em condições insalubres. Em vistoria, os profissionais identificaram a falta de água e luz. Isso impede que os adolescentes realizem ações elementares de higiene, como escovar os dentes e tomar banho. Além disso, foi constatada uma precariedade na qualidade da alimentação fornecida aos internos e na forma de armazenamento dos alimentos. Essa situação aumenta o risco de doenças e prejudica a saúde física e mental dos internos, interferindo de forma negativa inclusive no próprio processo de ressocialização daqueles jovens. Na verdade, como falar em ressocialização daqueles jovens, se eles são submetidos a viver em condições insalubres?... Então, nós temos que exigir do poder público providências urgentes no sentido regularizar o fornecimento de água naquela Unei. Era isso, presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.



**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Bom dia, senhor, presidente, nobres pares, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e todos que nos visitam nesta manhã! Quero cumprimentar o Rodrigo Sacuno, prefeito eleito da nossa querida Naviraí; e o Ederson Dutra, presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí. Sejam bem-vindos! Em seu nome, vereador, cumprimento os vereadores e as vereadoras aqui presentes. Senhor presidente, eu tenho duas indicações. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na MS-473, denominada Jesus Ferreira Neves, no trecho que liga os municípios de Taquarussu e Nova Andradina. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Rogério, Gilso, Maria Benedita, Cayo, Jorge de Febbo, Adilson da Silva, Clodoaldo, Luciano e Clovis Leandro, do município de Taquarussu. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a ampliação da ponte sobre o rio Indaiá, na MS-229, no município de Chapadão do Sul. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Vanderson Cardoso, de Chapadão do Sul. Essas eram as minhas indicações... Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB)** — Senhor presidente, apenas para anunciar que hoje, a partir das 14 horas, no Plenarinho, haverá uma reunião da Frente Parlamentar da Cadeia da Pesca. Nós vamos discutir várias pautas pendentes de interesse dos pescadores profissionais. Todos os colegas estão convidados a participar. Ademais, presidente, quero destacar que hoje é celebrado o "Dia Estadual do Cinema e do Audiovisual de Mato Grosso do Sul". Esta data foi instituída por meio de uma lei de nossa autoria. Nós reafirmamos, assim, nosso compromisso com a valorização da cultura da nossa gente e do talento dos artistas e dos cineastas sul-mato-grossenses. Quero destacar, ainda, que nós traremos a esta Casa um documentário produzido pela Marinete, produtora de áudio visual do nosso estado, sobre a vida da artista Delinha. Eu já conversei sobre isso com o senhor. Nós ainda não temos uma data definida, mas realizaremos o evento, para que a população possa conhecer a história daquela grande mulher, que, numa época tão difícil, conseguiu construir sua história e mostrar seu talento ao mundo. A Delinha compôs várias músicas que ficaram muito conhecidas; ela foi uma celebridade artística do nosso estado, e merece ser lembrada por todos nós... Senhor presidente, na mesma seara do deputado Hashioka, quero dizer que me preocupa muito a questão da pactuação, nos moldes que estão postos, da BR-163. Não é que nós não queremos a pactuação com a CCR. Não é isso. Nós queremos que a repactuação seja feita. Mas a nossa preocupação é com o tempo. É inadmissível ficar mais trinta anos com a BR-163 naquela situação, sem duplicação. Acho que é preciso reavaliar essa repactuação. Pelo que a gente pôde observar, há 200 quilômetros de duplicação e mais cento e poucos quilômetros de faixa adicional a serem feitos. O trecho de Mundo Novo a Eldorado, por exemplo, está tendo muito acidente e tem ceifado vidas. Será que esses trechos, deputado Hashioka, serão duplicados? Ou será que serão duplicados somente os trechos mais fáceis, que



apresentam menos problemas? Assim como o deputado Hashioka, eu continuo defendendo a tese: "Sem duplicação, pedágio não!". Obrigada, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do pessoal do "Projeto Câmara Vai à Escola" do município de Aparecida do Taboado. Estão aqui conosco o presidente da Câmara, vereador Jucleber da Silva Queiroz, e os vereadores Heberon Galtar e Patrícia Maria Santos. Juntos com os vereadores estão os professores: Luciana Cavalcante, Diego Galdino e Luiz Gustavo Rodrigues. Também registramos a presença dos alunos participantes do Câmara Vai à Escola. Ainda no Pequeno Expediente, quero registrar, com muita honra, a nota no quesito transparência atribuída pela Tricon à nossa Casa. A Assembleia recebeu a nota 86,41. A nossa Casa, no que tange a tecnologia de informação, é uma das Assembleias mais avançadas do Brasil. Esses dados são da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, por meio do Programa Nacional de Transparência Pública. Agradecemos aos colegas deputados, que colocam no Portal da Transparência suas ações. Agradecemos também aos servidores que acompanham o trabalho dos parlamentares. Agradecemos à Primeira-Secretaria e à Mesa Diretora por todo o empenho e dedicação na condução desta Casa. Nós queremos continuar trabalhando por Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, eu acabei de receber um convite da Governadoria para participar de um evento em Ponta Porã. Com certeza, Vossa Excelência e os demais colegas também foram convidados. Na quinta-feira, depois de amanhã, às 14 horas, lá em Ponta Porã, no Centro de Convenção, com a presença do governador do estado, com a presença do presidente da Itaipu Binacional Brasileira, o companheiro Ênio Verri, será celebrado um convênio muito importante. E é bom que se registre, para fazer justiça, que esse convênio foi articulado particularmente pelo deputado Vander Loubet. Será celebrado um convênio entre a Itaipu Binacional e o governo do estado da ordem de 60 milhões de reais, sendo que 45 milhões serão alocados pela Itaipu e 15 milhões pelo governo do estado, para resolver, Pedro Kemp, o problema de fornecimento de água para o povo guarani kaiowá. Quero registrar essa importante articulação do governo do estado e a sensibilidade do governador Riedel e do governo Lula em busca de um mecanismo capaz de resolver definitivamente esse que é um dos mais graves problemas enfrentados por indígenas do nosso estado. Como presidente da Comissão da Agricultura Familiar, Indígena e Quilombola, quero comunicar a Vossa Excelência que não estarei na sessão na quinta-feira, porque vou participar desse evento em Ponta Porã. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Excelente registro. Evento importante para Mato Grosso do Sul. Pleito antigo das comunidades indígenas. A Assembleia certamente participará... Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma moção de aplauso (Prot. nº 3.697/2024). De autoria do deputado Coronel David: três indicações (Prot. nºs 03669/2024, 3671/2024, 3670/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 3.689/2024, 3.688/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3.708/2024, 3.679/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 03678/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 3.677/2024, 3.676/2024, 3.675/2024, 3.674/2024); um requerimento (Prot. nº 3.673/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 3.694/2024, 3.690/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de louvor (Prot. nºs 03693/2024, 3691/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 3.698/2024, 3.704/2024); três moções



de congratulação (Prot. nºs 3.701/2024, 3.700/2024, 3.699/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 3.686/2024, 3.687/2024). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de vinte e seis minutos e trinta segundos.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha! Eu vim falar sobre algo importante para o Estado do Pantanal, mas, antes, quero fazer um registro. Hoje nós acordamos com uma notícia um tanto quanto estranha veiculada pelo G1: "PF diz que plano de execução de Lula e Alckmin foi discutido na casa do general Braga Neto, em 2022". O encontro ocorreu no dia 12 de novembro daquele ano; foi confirmado por Mauro Cid, ex-braço direito de Bolsonaro, e comprovado em materiais apreendidos com o general de Brigada Mário Fernandes, preso nesta terça-feira, suspeito de planejar a execução do Lula e do Alckmin após eles vencerem Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Isso foi discutido na residência do general Braga Neto em 12 de novembro daquele ano, e foi confirmado pelo Mauro Cid, que se tornou colaborador da Justiça e corroborador dos materiais apreendidos com o general da Brigada Mário Fernandes, preso nesta terça-feira. Braga Neto estava presente no encontro, segundo a PF, e também estavam Mauro Cid, major Hélio Ferreira Lima e Rafael de Oliveira, esses dois últimos também foram presos nesta terça-feira, suspeitos de junto com Mário Fernandes elaborarem o plano para matar Alckmin e Lula. As execuções ocorreriam no dia 15 de dezembro. Esse fato vem à tona logo depois do ocorrido semana passada, quando um homem tirou a própria vida lá em Brasília, colocando uma bomba em seu corpo. Ele fez isso em nome da falta de democracia que vivemos no país. Isso tudo nos leva a uma reflexão e a uma preocupação muito grandes. Quando pessoas se colocam à disposição para acabar com a democracia, motivadas pela política radical da extrema-direita, é hora de a gente parar e analisar o que está acontecendo e se preocupar. O que acontece no Brasil hoje é muito sério, é muito grave. Nós temos que tomar muito cuidado e prestar atenção no que está acontecendo neste momento, porque a democracia no Brasil só não foi destruída porque a extrema-direita é também extremamente incompetente. Ela é incompetente até mesmo em suas ações golpistas. Mas isso não significa que nós não temos que cuidar da democracia. Afinal, é pela democracia que a gente consegue garantir direitos. Esta semana nós estamos discutindo aqui sobre consciência negra, e sabemos que a população pobre e negra deste país depende de democracia para garantir o mínimo de justiça e igualdade social...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Um aparte?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pois não.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Quero cumprimentá-la pelo tema e pelo belo pronunciamento, neste momento político em que vivemos. Máscaras estão caindo. Mas é engraçado que a direita insiste em dizer que o Bozo não sabia de nada. Oras, foi montado um plano no gabinete do Braga Neto, o Mauro Cid denunciou na delação o envolvimento de todo mundo. A casa caiu. Agora, há duas palavras de ordem: "Não à anistia!" e "Bolsonaro na cadeia!". Obrigado.



**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Eu incorporo o seu aparte ao meu discurso. Acho importante a gente retomar esta pauta, porque há também um movimento da extrema-direita no sentido de tentar anistiar os golpistas. Mas o que aconteceu em 8 de janeiro foi sério, foi extremamente perigoso para a democracia no Brasil. Se nós queremos "ordem e progresso", é preciso garantir a democracia e o respeito às instituições que fazem com que o Brasil tenha ordem e progresso. Então o que acontece hoje no Brasil? As máscaras estão caindo. A população está vendo o que aconteceu. Mas o que está acontecendo exige que tenhamos atenção; porque esse movimento da extrema-direita, que consegue motivar pessoas a tirarem suas próprias vidas, é muito sério. Logo após a eleição de 2022, pessoas foram para a frente dos quartéis rezar para pneus. Isso já revelou, naquele momento, a falta de racionalidade, a falta de inteligência desse movimento que leva pessoas a não refletirem sobre suas ações. O movimento da extrema-direita coloca brasileiros e brasileiras em risco de perderem a saúde mental. Isso está acontecendo agora. Bom, e um fato que merece atenção é que, muito estranhamente, a casa do homem que se suicidou semana passada foi queimada, a viúva dele também foi queimada, foi duramente violentada neste processo, neste domingo. Essa história nos faz acreditar que ainda há muitas coisas dessa política absurda e antidemocrática a serem evidenciadas.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Um aparte, deputada?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pois não.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Deputada Gleice Jane, o que nos causa indignação é que, até agora, mesmo diante de tudo o que está acontecendo, o chefe da quadrilha, que é o ex-presidente Bolsonaro, sequer virou réu por conta do crime de tentativa de golpe de estado e outros. Agora, todo dia aparece uma denúncia dando conta de que as coisas estavam sendo articuladas no gabinete do ódio, no gabinete do Braga Neto, no gabinete do Mauro Cid, ajudante de ordens do Bolsonaro. Então, fica claro que o Bolsonaro tem responsabilidade nessa tentativa de articular um golpe no Brasil e impedir a posse do presidente Lula. Hoje vieram à tona denúncias de que tentaram assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes. Não é pouca coisa o que está acontecendo. É preciso pôr um fim nessa história condenando quem realmente articulou e provocou tudo isso. Como disse o deputado Zeca do PT, essa história de anistia tem que ser liquidada, enterrada de vez, porque uma tentativa de golpe, um ataque às instituições democráticas é grave. Então, não dá para anistiar quem foi a Brasília quebrar a sede dos Três Poderes e tentar impedir a posse do presidente eleito. Esperamos que a justiça seja feita, que os responsáveis por essa tentativa de golpe sejam responsabilizados, condenados e presos, a começar pelo chefe da quadrilha: o senhor Jair Bolsonaro. No dia 13, o Francisco Vanderlei jogou uma bomba na sede do STF, deixando claro que tal atitude é mais um efeito daquilo que começou lá atrás, no gabinete do ódio, nos discursos do então presidente, que afrontava os ministros do STF, as instituições democráticas do país. Hoje, qualquer bolsonarista maluco se acha no direito de jogar bomba no Congresso Nacional, no STF. Isso é grave! Isso tem que ser combatido. O Bolsonaro fez muito mal ao Brasil e ainda está fazendo, com esse movimento de lunáticos, de pessoas que vivem numa realidade paralela, achando que podem derrubar o governo ou afrontar a democracia, o regime democrático do Brasil. Então, nós temos que repudiar essas atitudes. Nós temos que exigir a punição, a prisão do Bolsonaro. Não à anistia aos golpistas e terroristas deste país! Obrigado.



**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Obrigada, deputado Pedro Kemp. Eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Nós precisamos refletir sobre o que levou aquelas pessoas a tomarem tais decisões. A Polícia Federal diz que havia mais de dois mil e quinhentos militares, os chamados Kids Pretos, articulando essas ações absurdas e antidemocráticas no país. Esse movimento foi criado e motivado pelo ódio, por um sentimento que leva pessoas a tomarem decisões sem pensar. Todas as ações da extrema-direita, nos últimos anos, em especial depois da eleição de 2022, foram marcadas pela irracionalidade, exemplo disso foram as coisas que aconteceram em frente aos quartéis. O que nós vimos no dia 8 de janeiro não foi atitude de quem sabia o que estava fazendo, de quem estava agindo racionalmente, foi atitude de quem foi motivado por muito ódio. Aquelas pessoas estavam dispostas a destruir a democracia do país. Em nenhum lugar do mundo se viu algo semelhante, tão estúpido. Aquelas ações que motivaram a condenação das pessoas que tentaram um golpe contra a democracia também estão sendo evidenciadas agora pela polícia. Cada vez mais está ficando claro que a política da extrema-direita, que o discurso de ódio não garante saúde mental à população. Nós não podemos aceitar isso. É preciso condenar os responsáveis por essas ações absurdas. Por que precisamos garantir democracia no país, por que precisamos lutar com todas as forças contra os golpistas e contra atos antidemocráticos? Porque é através da democracia que nós temos escola pública para todos; é através da democracia que nós temos o SUS; é através da democracia que podemos debater sobre consciência negra; é através da democracia que podemos falar sobre a necessidade de se combater o racismo, o machismo; é através da democracia que podemos garantir uma sociedade justa e igualitária para todos. Se nós queremos uma sociedade justa, onde possamos viver com liberdade, é importante que nos unamos e combatamos ações antidemocráticas e todos que se colocam a serviço do ódio para destruir as possibilidades de democracia neste país. Nós não vamos aceitar esse movimento. Nós não vamos concordar com essa prática. Convido todos aqueles que defendem a democracia a parar para refletir sobre o que acontece hoje no país. O que acontece aqui é grave. O Brasil já teve em sua história uma ditadura, e na ditadura não havia escola para todo mundo, não havia saúde para todo mundo, não havia segurança para todo mundo. A ditadura, esse modelo golpista, não inclui as pessoas. Modelos sem democracia não incluem pessoas pobres, negras, indígenas e populações em situações de vulnerabilidade. Hoje é um dia para a gente refletir sobre o que está acontecendo no país e sobre a democracia. Bom, mas eu não me inscrevi para falar sobre isso, eu tenho outro assunto para abordar aqui, mas acabei falando disso porque a gente vive um momento grave e preocupante. Vamos ficar atentos. Eu quero falar também sobre a minha visita a Corumbá, ao Pantanal, e sobre uma audiência pública que lá realizamos semana passada. Eu visitei várias comunidades ribeirinhas, de barco, tomando sol e chuva, passei dois dias andando pelas águas e conversando com pessoas para saber de que elas estão precisando, agora, depois do fogo que pegou no Pantanal. E uma das coisas que nos chamou a atenção foi que o fogo colocou aquela população em evidência, de 2020 para cá. Porque até 2020, deputado Antonio Vaz, aquela população sequer era percebida pelo estado. E durante as conversas com a população, percebemos que as políticas que lá existem são oferecidas pelas ONGs, por organizações sociais, e que o estado tem dificuldade de atender aquela população ribeirinha. Nós ouvimos várias histórias que nos foram contadas por pessoas que enfrentaram o período de fogo. Elas nos disseram como foi estar em meio ao fogo e à fumaça. A fumaça chegou a Campo Grande. O fogo abateu outros estados também. Inclusive, em São Paulo, foi registrado um aumento nos casos de problemas respiratórios. Se aqui foi difícil, imaginem como foi na região do Pantanal! E nós fomos lá ouvir as comunidades para saber como foi enfrentar as chamas e como elas estão vivendo hoje. O fogo é um problema sério, mas ele é consequência da ausência de água e da crise climática que se apresenta no país. Precisamos ficar atentos a isso. O Pantanal



é formado por várias nascentes do Cerrado. E para discutir o Pantanal, é preciso entender a formação da sua bacia hidrográfica. Aí, depois, dá para falar de políticas que garantam a vida naquela região. E eu conversei também com vários pescadores, os quais me falaram da ausência de peixes no rio e que o fogo atingiu inclusive os peixes. A fumaça e as cinzas mataram peixes também. As chamas foram devastadoras, atingiram pessoas, plantas e animais. As pessoas passaram a ter problemas respiratórios, ficaram com medo de perder suas casas, deputado Zeca do PT. Eu visitei a dona Dinalva e o seu Caetano, a casa deles foi queimada no ano de 2020; o fogo chegou rapidamente, eles tiveram que pegar um barco e sair correndo de lá, deputada Mara Caseiro. E naquele processo, com a fumaça e o vento intensos, eles ficavam andando de barco, de um lado para o outro, para não morrerem sufocados pela fumaça. Eles se lembram daquilo com muita tristeza, com lágrimas. As crianças ficaram assustadas por meses por conta da ventania que viram. Este ano, o fogo estava na comunidade de São Lourenço, chegou muito perto de uma escola, onde havia várias crianças estudando. Para os habitantes daquelas comunidades irem à cidade, eles têm de andar cerca de 200 quilômetros de barco. Isso custa em torno de 600 reais. Para poder atender as crianças, as professoras ficam no alojamento, moram na escola; as crianças que moram perto da escola vão de barco; e aquelas que moram mais longe também precisam ficar alojadas na escola. E no momento em que o fogo chegou, as professoras colocaram as crianças e inclusive a moradora dona Joana, que mora ao lado da escola, e as levaram para outro lugar. E logo começou a chover, apagando as chamas. Uma escola inteira não foi queimada graças à mão divina, porque a chuva impediu o avanço do fogo. As imagens de drone mostram que o fogo chegou muito perto da escola, com crianças em sala de aula. O Pantanal merece atenção. Nós não podemos esperar que o fogo chegue novamente para depois agirmos. Precisamos refletir sobre prevenção com relação ao fogo no Pantanal. Nós visitamos também uma base do Corpo de Bombeiros que foi instalada num prédio onde foi uma escola. E a escola foi desativada porque parte do prédio caiu dentro do rio, que sofreu um processo de assoreamento. Aliás, o assoreamento é outro problema que atinge o rio Paraguai. Os bombeiros estão fazendo uma reforma no local, vai ficar muito bonito, e se alojaram lá. Há uma tentativa de instalar no local também um espaço voltado para a saúde. Vale destacar que profissionais da saúde visitam os povos das águas em torno de quatro vezes por ano, e de barco. Então nós temos uma população muito desassistida pelas políticas públicas. E quero dar destaque a outro fato que me chamou a atenção: pessoas me disseram que, no período eleitoral, não votam porque, para fazê-lo, precisam pagar no mínimo 500 reais para se deslocar até a cidade. O poder público não disponibiliza uma urna sequer para a população votar lá no local. Ou seja, o povo não é lembrado nem antes, nem durante, nem depois do período eleitoral. Além das dificuldades enfrentadas no dia a dia para sobreviver, agora as pessoas estão vivendo com medo de perder o Pantanal para as questões climáticas. Com lágrimas nos olhos, todos falam da preocupação que têm com o futuro do Pantanal. Eu perguntei para várias pessoas o seguinte: o que vocês pensam sobre o futuro do Pantanal? A resposta era sempre a mesma: com lágrimas, emocionadas, elas diziam: "O Pantanal pode deixar de existir." A situação é bastante preocupante. Os pescadores relataram que estão tendo dificuldades para pescar. O nível do rio está baixo e os peixes estão desaparecendo. Diante de todos esses problemas hoje existentes no Pantanal, a população falou da importância de se criar uma política pública de investigação científica do que acontece no Pantanal. Portanto, nos próximos dias, nós vamos encaminhar indicações a esta Casa, bem como requerimentos de informações aos órgãos competentes, a fim de colocar este assunto sobre a mesa. Na audiência pública que fizemos anteriormente sobre o tema, os participantes nos apresentaram duas propostas: "criação de um plano de ação envolvendo todos os municípios do Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul que integram a região do Pantanal" e "criação de mecanismos para que o poder público pense o



Pantanal em sua totalidade." Mas outra coisa de fundamental relevância é produzir conhecimento científico sobre o rio. É preciso verificar por que as águas não estão mais produzindo peixe; por que o assoreando está destruindo o rio; por que o Pantanal está tão seco... Há muitas perguntas. Há muitas questões que precisam ser explicadas. Pensando nisso, também foi apresentada na nossa audiência a proposta de criação de uma universidade do Pantanal naquela região transfronteiriça, de modo que todos os municípios e países que têm áreas no Pantanal possam discutir sobre a criação de políticas voltadas à proteção do meio ambiente. Seria interessante também implantar um hospital universitário veterinário na região, para que profissionais atendam os animais silvestres. Quando uma onça, por exemplo, apresenta problema de saúde, ela é trazida a Campo Grande, para um veterinário atendê-la. Isso exige toda uma logística. Esse processo é delicado. É importante que o poder público se organize para atender às demandas do Pantanal lá mesmo. Bom, mas, mesmo diante de tantas preocupações, também me chamou a atenção a paixão daquelas pessoas pelo meio ambiente, pelo Pantanal e pelos bichos. Eles falam com muito carinho e com conhecimento sobre a natureza, e também reclamam das políticas impostas pelo governo, como os decretos de proibição da pesca de determinadas espécies. As comunidades, que têm grande conhecimento sobre a região, não foram ouvidas quando as políticas foram criadas. Diante disso, a população, aliás, solicita que políticas públicas relativas ao Pantanal sejam feitas levando-se em conta o conhecimento dos moradores locais. Bom, nós vamos transformar isso em documento e nos próximos dias vamos encaminhá-lo às autoridades competentes. Quero registrar que visitei somente a população ribeirinha e que vou fazer a escuta de mais populações do Pantanal. Nós entendemos que preservar o meio ambiente é garantir o futuro. Pescadores me disseram que a quantidade de água nos rios está se tornando cada vez mais insuficiente para abrigar as espécies. E não foi a primeira vez que ouvi isso. Eu fico pensando: será que a humanidade também não está em risco?... Se a quantidade de água já não está mais sendo suficiente para os peixes, precisamos pensar sobre o que pode acontecer com nós seres humanos. Nós dependemos da água. Cuidar do Pantanal, portanto, é obrigação de Mato Grosso do Sul e do Brasil como um todo. E para que isso seja possível, é preciso que haja democracia. Um país sem democracia não pensa no meio ambiente. O governo autoritário recentemente eleito nos Estados Unidos já disse que o meio ambiente não é sua pauta principal. Se nós queremos uma sociedade justa, uma sociedade digna, que cuide do meio ambiente, temos que defender cada vez mais a democracia. Era o que eu tinha, presidente. Muito obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à verificação do quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço. Registramos, com muita honra, a presença do senhor Rodrigo Sacconi, vereador e prefeito eleito do município de Naviraí; do senhor Ederson Dutra, presidente da Câmara de Naviraí; e do senhor Edgar José de Lima, vereador do município de Figueirão. Registramos e agradecemos a presença dos professores Fabiano Silva, Carla Pereira, Claudia Risson, Gilcimar Gonçalves, Andressa Cavalcante e Gisicleia Bueno, todos da Escola Oito de Maio, do município de Iguatemi.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Pela ordem.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, com a aquiescência de Vossa Excelência e dos pares, eu gostaria de que o Item 4 da pauta fosse votado primeiro, pois eu tenho uma agenda com o governador em um município do interior.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Inversão da pauta. Passemos, então, ao Item 4. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Resolução nº 113/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede a Comenda do Mérito Legislativo a quem especifica."

Projeto de Resolução nº 113/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Não.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Não.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp – PT) — São vinte votos favoráveis e dois votos contrários.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor João Agripino da Costa Dória Junior. Vai ao Expediente. Quero registrar que, inclusive, o governador Eduardo Riedel pediu que votássemos essa comenda, porque o ex-governador de São Paulo João Dória tem feito reuniões com empresários a fim de colaborar com Mato Grosso do Sul, a fim de trazer o empresariado para o nosso estado. Parabéns ao deputado Paulo Corrêa e à Casa pela concessão da honraria ao João Dória. Vai ao Expediente.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) —** Quero agradecer aos pares pelo apoio. O João Dória tem trabalhado em cima da Lide [Grupo de Líderes Empresariais] e tem levado o nome do Brasil a todos os cantos deste mundo, viabilizando vários negócios na área industrial, na área empresarial e na área do agronegócio. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro – PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Com acordo de líderes. Projeto de Lei nº 231/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo estadual a prestar contragarantia à União em operação de crédito



interna a ser celebrada entre a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) e a Caixa Econômica Federal (CEF), e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 231/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Não.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Não.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e dois votos contrários.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 187/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Sonora, os imóveis de sua propriedade que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 187/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 129/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Obriga as operadoras de planos de saúde que atuem no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a notificar os usuários, prévia e individualmente, sobre o descredenciamento de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e assemelhados, bem como sobre novos credenciamentos." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 129/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** - deputado Gerson Claro (PP).

**Segundo-secretário** - deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.



**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica... Voto contrário no Item 16, número 3.638; um pedido de vista apresentado pelo deputado Marcio Fernandes. Em votação os demais itens. Dois requerimentos, vinte e nove indicações, uma moção de aplauso e nove moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Fernando Inácio Ramos de Oliveira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação... Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Quero comunicar aos senhores deputados que, na quinta-feira, nós votaremos, se não me engano, quatro projetos. Os colegas que estiverem no interior do estado poderão participar da sessão de modo on-line. Se perdermos a data, não terminaremos de votar até o fim do ano os projetos que estão calendarizados. Portanto, haverá sessão na quinta-feira. Eu aguardo os senhores. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas parlamentares, e ouvi os deputados do PT falarem há pouco, e, infelizmente, não tive tempo de rebatê-los. Por isso faço uso da palavra agora. Quero trazer à luz alguns pontos. Não faz muito tempo, o chefe da Procuradoria da República, senhor Rodrigo Janot, disse que foi armado ao Supremo Tribunal Federal para matar o ministro Gilmar Mendes. Estamos falando de alguém que tinha todas as credenciais para fazê-lo. Ele confessou isso. E, naquele momento, a Corte maior do Judiciário sugeriu um impulso homicida, e um tratamento psiquiátrico. Hoje, assim como a minuta de golpe, que já foi descaracterizada, nós temos a Polícia Federal tentando identificar algo que coloca suspeitas indecifráveis de códigos em aplicativos que ninguém teve conhecimento ainda de supostas tentativas de contenção, de execução de quem quer que seja. Algo que não chegou ao conhecimento de ninguém... E todas as possibilidades avançam para chegar ao presidente Bolsonaro. Eles sabem que o presidente Bolsonaro volta e vem cada vez mais fortalecido. Não há nenhuma ordem, nenhuma ação do Bolsonaro, a não ser ter aceitado o resultado e reorganizado o partido para voltar fortalecido em 2026. Há um inquérito que tenta mostrar a verdade e dizer quem esfaqueou, quem enfiou uma faca no bucho do presidente Bolsonaro e tentou liquidar, ceifar a vida dele, mas até o momento não temos resposta, não sabemos quem foi o mandante daquele atentado, daquele crime, que, de fato, aconteceu. O resultado da eleição de 2022, senhores, não agradou a muitas pessoas, o sistema eleitoral não agradou a muitas pessoas. A eleição foi feita



sem a impressão dos votos. Estava previsto em lei. Muitas pessoas não confiam no sistema eleitoral. Os Estados Unidos e a Alemanha declaram inconstitucional a não impressão dos votos. O Paraguai está imprimindo os votos. A gente que foi eleito e que teve que conversar com várias pessoas sabe como é ruim explicar que não se pode aprimorar o sistema eleitoral ou que esta é uma pauta proibida. A não impressão dos votos, o não aprimoramento do sistema eleitoral afeta a cabeça das pessoas e as impede de aceitar os resultados. Agora, a canalhice e a bandalheira que acontece no país são notórias. Esse pessoal deveria ter vergonha de vir aqui falar em golpe, em crime. Eles esquecem que o Supremo Tribunal Federal soltou o Elias Maluco. Quantas pessoas aquele cara matou?... Esquecem que soltaram narcotraficantes que fugiram e nunca mais retornaram para o país... Esquecem que soltaram o André do Rap, que sumiu faz mais de três mil dias... Esquecem que grandes empresas desviaram diversos recursos da saúde e da educação. Depois elas fizeram acordo de delação premiada, confessando esses crimes que mataram pessoas de fome, que as deixaram na miséria. E foi o Supremo Tribunal Federal que autorizou filhos, namoradas, parentes, esposas de ministros e juizes a quebrar e violar a maior de todas as regras de imparcialidade e passar a julgar os casos de advogados, que não são conhecidos, que são de sua própria família. E isso traz reflexo hoje a Mato Grosso do Sul. Nós temos desembargadores afastados por fatos que aconteceram em 2015, 2017. E foi o Supremo que institucionalizou essa prática. Eu ouço pessoas falando sobre o Tribunal de Contas e dizendo que nós temos que tomar providências. Nós somos cobrados pela imprensa, somos cobrados pelo povo. Mas o escopo de atuação da nossa Casa não nos permite agir, inclusive com o órgão que está vinculado à Assembleia Legislativa. Nós gostaríamos de ter poder para resolver os problemas sobre os quais as pessoas têm nos cobrado, deputada Mara Caseiro. Agora, ter que ouvir aqui esse tipo de barbaridade e assistir pacificamente o ex-advogado do PT, que se tornou ministro do Supremo e que recebeu os acordos de leniência e de delação premiada de pessoas que disseram: "Eu roubei, matei, aumentei a fila na saúde, não atendi ninguém, transgredi!". Ouvir isso é complicado. Equivale a quantos mil homicídios o que vocês estão fazendo no Brasil, deliberadamente? Quantas pessoas o 'Mensalão matou'?... E o advogado do PT lá anulando todos esses acordos e devolvendo às empresas os recursos públicos que elas desviaram. Estão voltando a matar milhares e milhões de pessoas com dinheiro do povo... A pauta da maconha (que é a porta de entrada para a desgraça da família) nas escolas... E a gente disse que isso ia voltar, em 2022, trazendo a cocaína e o crack... Nas propagandas eleitorais, todos os candidatos a prefeito disseram que vão resolver o problema. O STF institucionalizou a liberação do porte de não sei quantos gramas de maconha... A pauta do aborto. Nós temos uma lei federal, que equivale a um tratado internacional, de proteção da vida desde a concepção. Agora, isso está voltando à pauta do STF. O aborto não deixa de ser um crime. Inquéritos indeterminados, com prazos legais extrapolados, em que o próprio ministro escolhe quem vai investigar. Dilata o prazo do inquérito, que era para ter começo, meio e fim. Denuncia as pessoas que ele mandou investigar. Julga e manda para o cárcere... Então, vamos colocar as coisas, equilibradas, em seus devidos lugares. Vamos investigar e punir conforme a regra democrática. Eu quero resposta para as perguntas: "Quem mandou matar Jair Bolsonaro?" e "Quem vai garantir que a segurança dele permanecerá intacta até 2026, para que ele possa se tornar elegível novamente e retornar, para que possamos fortalecer o país?". Cuidem, senhores! Eu estarei aqui na Casa fazendo o possível para que a direita seja fortalecida no mundo inteiro e para que a regra democrática do país seja aprimorada; seguirei sem medo de mostrar a canalhice e a cara de pau desses senhores que vêm falar de crime, de desvio de conduta neste país. Obrigado, presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Encerradas as Explicações Pessoais. Solicito à CCJR e às demais comissões que continuem trabalhando, agilizando a tramitação dos projetos. Agradeço à presidente da CCJR, que trabalhou, excepcionalmente, na quinta-feira e hoje, para conseguir atender às demandas. Temos vários projetos a serem votados até o fim do ano. Na quinta-feira, depois de amanhã, teremos sessão. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Está encerrada a Sessão (11h15min).